



19 DE MAIO DE 2016

Quinta-feira

- CARTA FIEP
- FIAT OBTÉM LIMINAR QUE ASSEGURA FORNECIMENTO DE PEÇAS
- VOLKSWAGEN ACUSA KEIPER DE ABUSO
- CÂMARA APROVA MEDIDA QUE PODE AUMENTAR PREÇO DA CONTA DE LUZ
- ARGENTINA PODE SER EXEMPLO PARA O BRASIL, AFIRMA PRESIDENTE DA GM
- ENTREVISTA-VALE VÊ SUBSTITUIÇÃO MAIS LENTA DE MINERADORAS MENORES, ALERTA PARA VOLATILIDADE
- GERDAU DIZ QUE FOI SURPREENDIDA POR NOTÍCIAS DA ZELOTES
- PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO NO BRASIL EM ABRIL CAI AO MENOR NÍVEL DESDE 2009
- MEIRELLES CONDICIONA ALTA DE IMPOSTO A TAMANHO E EFETIVIDADE DO CORTE DE DESPESAS
- MEIRELLES QUER REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA TRABALHADOR NA ATIVA
- CNI DEFENDE MAIS ATIVISMO DO PAÍS EM BUSCA DE ACORDOS COMERCIAIS
- MUDANÇA NA PREVIDÊNCIA PARA TRABALHADORES NA ATIVA É INEVITÁVEL, DIZ CNI
- EMPRESAS REDUZEM PROCURA POR CRÉDITO EM ABRIL
- CNH INDUSTRIAL TROCA DIREÇÃO DE COMPRAS
- EM MEIO A ESCÂNDALO, PRESIDENTE DA MITSUBISHI RENUNCIA AO CARGO
- SUZUKI E NISSAN SÃO ACUSADAS DE FRAUDAR MOTORES
- ELETRIFICAÇÃO DÁ SOBREVIDA A MOTOR A COMBUSTÃO
- GRUPO ARSYSTEM OFERECE TECNOLOGIA ITALIANA PARA TRATAMENTO DE INOX
- ÍNDICE DE PRODUÇÃO CAI PARA 42,4 PONTOS EM ABRIL, ANTE 47,2 EM MARÇO, DIZ CNI
- CENTRAIS SINDICAIS FORÇA E UGT ESTUDAM FUSÃO PARA SUPERAR CUT
- COM MAIOR INDUSTRIALIZAÇÃO, SP 'SENTE' MAIS EFEITOS DA CRISE NO DESEMPREGO

- **PROCURA DAS EMPRESAS POR CRÉDITO RECUA 11,6% EM ABRIL, DIZ SERASA**
- **INDÚSTRIA DA REGIÃO DE CAMPINAS FECHA 950 VAGAS DE EMPREGO EM ABRIL**
- **MEIRELLES DEFENDE MUDAR JÁ APOSENTADORIA PARA QUEM NÃO CONTRIBUIU 35 ANOS**
- **MOTORISTAS DE MAIS UMA EMPRESA APROVAM INDICATIVO DE GREVE**

CÂMBIO		
EM 19/05/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,601	3,601
Euro	4,037	4,036

Fonte: BACEN

Carta FIEP

19/05/2016 – Fonte: FIEP

CARTA DA INDÚSTRIA PARANAENSE

O Brasil vive um novo momento. As recentes mudanças no cenário político nacional fazem ressurgir sinais de esperança quanto ao futuro do país.

Nesse período de transformações atravessado pelo Brasil, a indústria paranaense vem a público manifestar seu posicionamento em relação aos seguintes pontos:

- **APOIO A REFORMAS:** início imediato da implementação de reformas estruturantes. O país precisa encerrar com seriedade as reformas políticas, das relações trabalhistas, previdenciária e tributária – esta, contemplando desde já uma simplificação do sistema e a suspensão de novas obrigações acessórias.
- **REDUÇÃO DO TAMANHO DO ESTADO:** envolvendo os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – com a implantação de um programa efetivo de corte de despesas, tanto pela otimização de pessoal quanto pelo fim de vantagens e privilégios a determinados servidores, que devem usufruir dos mesmos direitos garantidos a qualquer outro trabalhador.
- **NOVO MODELO DE GOVERNANÇA PÚBLICA:** em que o Estado tenha papel de indutor do desenvolvimento, por meio de políticas públicas que garantam um ambiente favorável aos negócios e ao empreendedorismo, deixando a execução de projetos a cargo da iniciativa privada, que possui mais agilidade e competência técnica.
- **RESPONSABILIDADE DO LEGISLATIVO:** o Congresso Nacional tem papel fundamental na reconstrução do país. Ele deve desempenhar efetivamente seu papel constitucional de representante da população brasileira, deixando de palear suas ações por interesses político-partidários e colocando na agenda temas que atendam aos anseios da sociedade. A mesma postura deve se disseminar para estados e municípios, nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.
- **COMBATE À CORRUPÇÃO:** apoio inestrito a toda e qualquer ação de combate à corrupção, como a operação Lava Jato e outras em andamento no país, e aos órgãos responsáveis por elas, como Polícia Federal, Justiça Federal e Ministério Público Federal.
- **CONTINUIDADE DA MOBILIZAÇÃO PÚBLICA:** em uma grande prova de cidadania, a sociedade brasileira mostrou sua insatisfação com a maneira como o Brasil vem sendo conduzido. É preciso que a sociedade se mantenha mobilizada, com a força da união, em busca de um país melhor.

A Fiep seguirá vigilante para que os interesses da indústria e da sociedade paranaenses sejam atendidos. Colocamos o governo e nos colocaremos à disposição para colaborar com a construção de medidas efetivas para a retomada do desenvolvimento do Brasil. O momento é de reconstrução. O país precisa ser passado a limpo e não podemos desperdiçar mais uma oportunidade de pavimentar um caminho que nos leve a um futuro próspero e condizente com nosso enorme potencial.



Edson Campagnolo
Presidente do Sistema Fiep

É HORA DE TRANSFORMAR O BRASIL



Fiat obtém liminar que assegura fornecimento de peças

19/05/2016 – Fonte: R7

A Fiat obteve liminar na Justiça, nesta quarta-feira, 18, que assegura o retorno, em 24 horas, do fornecimento de peças por parte das empresas Mardel e Tower, do grupo Keiper/Prevent.

O fornecimento para a fábrica de Betim, em Minas Gerais, foi interrompido na última quinta-feira, o que obrigou a montadora a suspender a sua produção na segunda-feira. Com a liminar, a produção deve voltar nesta quinta-feira, 19.

Segundo a Fiat, as empresas do grupo Keiper/Prevent, quando souberam da ação judicial, fizeram contato com a montadora para a retomada do fornecimento de componentes e estruturas metálicas soldadas.

"A Fiat irá acompanhar a partir de agora se o fornecimento será realmente retomado dentro da normalidade, como determinou a Justiça", diz nota da montadora. De acordo com o texto, o ritmo de fabricação será retomado gradualmente, já que será preciso reorganizar a logística de produção, prejudicada pela interrupção.

Com a paralisação, os 18 mil trabalhadores da Fiat ficaram em casa entre segunda-feira e esta quarta-feira, 18. A montadora esclareceu, no entanto, que eles serão remunerados normalmente, como se tivessem trabalhado.

Segundo a empresa, a paralisação também afetou diretamente a produção de dezenas de outros fornecedores, deixando mais de 50 mil trabalhadores sem atividade na região. A fábrica em Betim é a maior da Fiat no mundo.

Volkswagen

Ao entrar na Justiça, a Fiat segue o exemplo da Volkswagen, que teve problema semelhante com o grupo Keiper/Prevent. Na segunda-feira, as três fábricas da montadora no Brasil tiveram a produção paralisada em razão da falta de bancos e cerca de 10 mil funcionários ficaram sem trabalhar.

Para retomar a produção, a Volkswagen obteve liminar, ainda na segunda-feira, que obrigava as empresas do grupo a voltarem a fornecer o produto em 24 horas.

No entanto, a Volkswagen informou hoje que os problemas de fornecimento persistem.

A montadora calcula que, de março até hoje, foram perdidos 56 dias de produção.

Com isso, cerca de 35 mil veículos deixaram de ser produzidos nesse período.

O grupo Keiper/Prevent alega que nunca houve descumprimento contratual. "Tanto é que, em 2015, o Poder Judiciário de São Paulo cassou todas as liminares e multas impostas à Keiper, justamente por entender que a Volkswagen deixou de cumprir todos os acordos com ela firmados, de tal sorte que a Keiper foi liberada de cumprir com as imposições determinadas judicialmente e que a penalizavam com multas desproporcionais", argumenta.

O grupo diz ainda que todas as paradas de fornecimentos de peças ocorridas foram sempre avisadas com antecedência, segundo nota enviada à imprensa. Além disso, afirma que a Volkswagen costuma descumprir acordos de recomposição, o que prejudica a eficiência e o custo de produção dos fornecedores. "Essa prática é

extremamente danosa às empresas como um todo, além de ser maneira comum e corriqueira da Volkswagen", afirma.

A paralisação no fornecimento de peças, afirmou o grupo, ocorreu porque não houve uma solução "amigável".

"Foi necessária para justamente preservar o grupo Keiper, não somente do ponto de vista de uma estrutura corporativa, mas também, e principalmente, de preservar os recursos humanos, já combalidos por muitas demissões oriundas dos baixos volumes de produção, assim como preservar sua integridade financeira para honrar seus compromissos junto aos fornecedores", diz.

Segundo a Keiper/Prevent, as liminares obtidas pela Volkswagen estão sob análise do Poder Judiciário. O grupo afirma também que as alegações da montadora se mostrarão "inverídicas" e poderão ser objeto de ações de reparação tanto de ordem moral quanto material.

Volkswagen acusa Keiper de abuso

19/05/2016 – Fonte: Automotive Business



Por causa da paralisação de suas três fábricas de automóveis no Brasil pela falta de bancos, a Volkswagen enviou comunicado acusando o Grupo Prevent - controlador dos fornecedores Keiper, Mardel, Tower e Cavelagnide - de interromper "sem motivo" o fornecimento de peças das empresas.

"As frequentes paradas das linhas de produção da VW do Brasil causadas pelas interrupções injustificadas geraram de março de 2015 até o momento 56 dias perdidos de produção. Cerca de 35 mil veículos deixaram de ser produzidos nesse período", informa a montadora.

De segunda, 16, a quarta-feira, 18, a VW teria deixado de produzir 1,2 mil veículos por dia em cada fábrica no Brasil (São Bernardo do Campo, São José dos Pinhais e Taubaté).

No pedido que encaminhou à 2ª Vara Cível de São Bernardo do Campo, a VW anexou e-mails enviados pelos fornecedores de componentes com solicitações de pagamentos e alertas de interrupção no envio de peças.

"O descumprimento reiterado dos contratos por parte das empresas do braço brasileiro do Grupo Prevent não é mero desalinhamento comercial. As recorrentes ameaças ou ações de fato que ocasionam novas paradas às linhas da VW do Brasil, pela paralisação injustificada do fornecimento de peças, são acompanhadas de solicitações sucessivas de aumento abusivo de preços e pagamento injustificado de valores sem respaldo contratual ou econômico para as empresas do Grupo Prevent", alega a fabricante de automóveis.

De acordo com fontes da VW, o Grupo Prevent adquiriu em diferentes momentos empresas da mesma área de atuação como forma de dominar o segmento e desde então tenta impor seus preços. E a montadora, por sua vez, falhou em não desenvolver

um novo fornecedor mesmo após sofrer interrupções no fornecimento por mais de um ano.

Mais de 12 mil funcionários da Volkswagen tiveram sua rotina afetada, com implicações para toda a cadeia de fornecedores. Até o meio da tarde de quarta-feira, 18, a Volkswagen ainda não tinha perspectiva de retomada plena da produção em suas fábricas.

FORNECEDOR DEVOLVE ACUSAÇÃO

Em resposta, o Grupo Prevent informa que nunca houve descumprimentos contratuais por parte das empresas da companhia e que o Poder Judiciário de São Paulo teria cassado em 2015 todas as liminares e multas impostas à Keiper, justamente por entender que a VW havia deixado de cumprir todos os acordos com ela firmados.

O grupo informa que todas as paradas de fornecimento de peças foram sempre precedidas de comunicados e alertas, em cumprimento aos contratos.

“A paralisação no fornecimento de peças, uma vez que não tínhamos uma solução amigável, se fez necessária para justamente preservar o grupo Keiper, não somente do ponto de vista da estrutura corporativa, mas também, e principalmente, de preservar os recursos humanos, já combalidos por muitas demissões oriundas dos baixos volumes de produção, assim como preservar sua integridade financeira para honrar seus compromissos junto aos fornecedores”, informa a Keiper.

Por fim, o Grupo Prevent afirma que a questão das liminares está sob análise do Poder Judiciário e provará que as alegações da VW são inverídicas.

No início da noite do dia 18, a VW enviou novo comunicado que indica dificuldade para retomar plenamente sua produção: "Apesar das liminares expedidas, as empresas do Grupo Prevent (Keiper, Mardel e Cavelagni) continuam ocasionando paradas de produção nas fábricas da Volkswagen.

Os fornecedores, no dia de hoje (18), provavelmente na tentativa de confundir o representante do poder judiciário, enviaram um porcentual ínfimo para a produção de bancos para abastecer as linhas. Dessa forma, os prejuízos à Volkswagen e a sua cadeia de fornecedores diretos, formada por centenas de empresas e seus milhares de empregados, persistem.”

PRODUÇÃO DA FIAT COMEÇA A VOLTAR NA QUINTA, 19

A Fiat, que também paralisou sua produção em Betim (MG), por falta de bancos, igualmente recorreu à justiça e obteve na quarta-feira à tarde decisão liminar para assegurar a volta em 24 horas do fornecimento de componentes pelas empresas Mardel e Tower, do Grupo Keiper/Prevent.

A Fiat espera que o ritmo de produção na planta mineira seja retomado gradualmente a partir de quinta-feira, 19, já que será preciso reorganizar toda a logística de produção, afetada pela interrupção do envio de peças. As remessas para Betim estavam interrompidas desde quinta-feira, 12, e a produção da fábrica parou na segunda, 16.

Câmara aprova medida que pode aumentar preço da conta de luz

19/05/2016 – Fonte: R7



Na primeira sessão de votações após o vice-presidente, Michel Temer, assumir a Presidência da República, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (18) a MP (Medida Provisória) 706/15, que altera o prazo para as distribuidoras de energia elétrica prorrogarem a concessão do serviço. A medida poderá representar um aumento na conta de luz dos brasileiros.

O texto aprovado é um projeto de conversão de autoria do senador Edison Lobão (PMDB-MA), que também promove outras mudanças, entre elas, a que beneficia as distribuidoras de sistemas isolados na região Norte.

Durante a votação, um grupo de deputados criticou as alterações no texto proposto pela presidente afastada, Dilma Rousseff, que possuía apenas um artigo aumentando de 30 para 210 dias o prazo para as concessionárias assinarem os contratos com o Ministério de Minas e Energia para prorrogar a concessão do serviço.

“Originalmente ela [a MP] só tem um artigo. O que fizeram no Congresso foi juntar tudo quanto é jabuti e colocaram no poste de luz”, criticou o deputado Pompeo de Matos (PDT-RS) referindo-se a benefícios que serão dados a empresas de energia do norte e que seriam divididos com o restante das concessionárias do País.

Segundo o líder do PDT, Weverton Rocha (MA), as mudanças podem representar um aumento de 3% a 6% na conta de luz.

— Não estamos discutindo um texto a favor de governo A e contra governo B. Temos que encontrar uma solução para o setor energético, mas não podemos, diante da necessidade de se encontrar essa saída, jogar a conta para o nosso consumidor. Não é razoável que, numa altura dessas do campeonato, a gente possa estar discutindo aumento da energia elétrica.

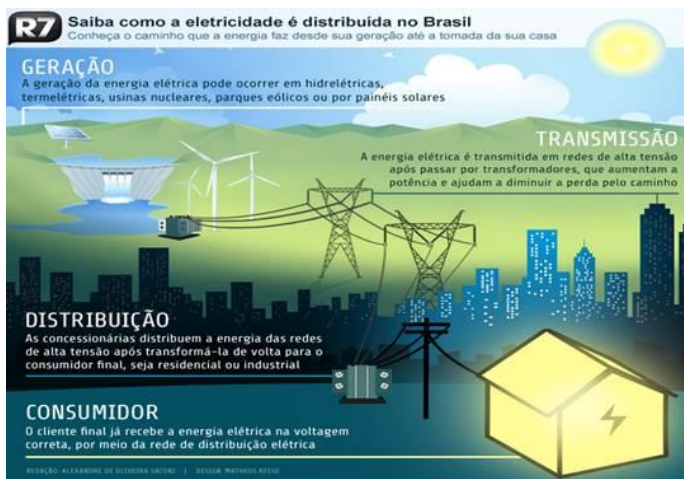
Dilma editou a medida justificando que com o término dos contratos de concessões de cerca de 40 concessionárias, em julho de 2015, a prorrogação dos contratos foi condicionada ao cumprimento de metas de qualidade na prestação do serviço, bem como ao desempenho econômico-financeiro das concessionárias.

No entanto, durante a tramitação na comissão mista destinada a analisar o tema, a MP recebeu 19 emendas que alteraram a Lei 12.783/13, que regulamenta concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O PDT chegou a propor um requerimento de votação do texto original de Dilma, mas a proposta foi rejeitada por 250 votos a 99.

Para o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), as alterações caminham para resolver um impasse diante da pouca capacidade de investimento das concessionárias, em especial as subsidiárias controladas pela Eletrobras:

— Sou contra dinheiro para financiar a ineficiência das estatais, mas temos que comemorar esta união pelo interesse nacional.

A proposta também abre espaço para a prorrogação dos contratos de concessão, além de abrir brechas para que a Eletrobras possa se desfazer das subsidiárias.



Argentina pode ser exemplo para o Brasil, afirma presidente da GM

19/05/2016 – Fonte: R7



O presidente da General Motors para América do Sul, Barry Engle, afirmou nesta quarta-feira (18) que a Argentina pode ser um bom exemplo para o Brasil.

— Estamos vendo [na Argentina] uma indústria que está crescendo e consumidores com muito mais confiança, e é por isso que tenho tanta esperança no Brasil: o que aconteceu lá pode acontecer aqui, que é um país maior, com mais recursos e mais indústria.

Engle, que se diz impressionado com a "rapidez" das ações do governo argentino, lembrou que, na semana passada, a GM anunciou no país vizinho um investimento de US\$ 742 milhões para a produção de uma nova versão do modelo Cruise, que deverá ser exportado para o Brasil.

— Temos muita esperança e otimismo com a Argentina.

Engle negou, no entanto, que a chegada de Michel Temer ao comando do governo brasileiro, no lugar da presidente afastada Dilma Rousseff, represente o anúncio de investimentos no Brasil.

— O momento ainda é de alguma incerteza.

Segundo ele o mais adequado, neste momento, é aguardar. Por isso, não deverá anunciar nem cortar investimentos, mas sim manter o que já foi anunciado. O atual plano de investimento da GM para o Brasil é de R\$ 13 bilhões para o período entre 2014 e 2019.

Apesar da cautela, o presidente da montadora na América do Sul afirmou que acredita no potencial do mercado brasileiro.

— Vejo o Brasil como uma oportunidade para crescer a longo prazo.

O presidente ainda reconheceu que o momento é até bom para empresas estrangeiras que planejam entrar no País. "O custo está baixo", explicou. Ele, no entanto, reclamou da instabilidade das regras para operar negócios no Brasil.

— As regras mudam sempre, estamos sempre tentando entendê-las.

Na visão de Engle, quem deseja investir na indústria automobilística do Brasil também precisa estar preparado para a volatilidade. A venda de veículos no País, depois de experimentar quase uma década de crescimento ininterrupto, entre 2004 e 2012, agora amarga três anos seguidos de queda.

O tombo do ano passado, de 26,5%, para 2,569 milhões de veículos, foi o mais intenso em 27 anos. Para este ano, Engle espera nova queda, para algo em torno de 2 milhões.

A estimativa, ele disse, já foi pior. No início do ano, a GM apostava em um mercado de 2,2 milhões de unidades ao fim de 2016. O executivo ainda minimizou a possibilidade de driblar a fraqueza do mercado interno por meio das exportações.

— Exportação é uma oportunidade, mas é complicado. Agora, com o câmbio depreciado, dá para exportar. Mas, quando a situação melhorar e tivermos uma moeda mais forte, não seremos competitivos. Um carro demora vários anos para ser desenvolvido, é um projeto que não se pode começar e parar.

ENTREVISTA-Vale vê substituição mais lenta de mineradoras menores, alerta para volatilidade

19/05/2016 – Fonte: R7

A substituição de mineradoras menores de minério de ferro por companhias globais de mineração começará a desacelerar se o preço permanecer por volta de 50 dólares a tonelada, disse o diretor global de marketing e vendas de minério de ferro da Vale, Cláudio Alves, nesta quinta-feira.

"O problema não é a demanda, o problema está do lado da oferta. O excesso de capacidade é uma questão global. Por conta disso ainda veremos um período longo e doloroso de ajuste no setor", disse Alves à Reuters.

Um avanço nos preços do aço na China ajudou o minério de ferro à vista a se recuperar em cerca de 30 por cento neste ano, mas Alves vê mais volatilidade à frente.

"O setor pode ter um pouco de respiro mas não estou tão confiante sobre o momento à frente. Acredito que veremos uma estrada esburacada adiante com muita volatilidade tanto no aço quanto no minério de ferro", disse durante um evento do setor.

Várias mineradoras menores de minério de ferro fecharam devido à derrocada dos preços do minério nos últimos três anos e a mineradora australiana Fortescue Metals Group não viu nenhuma delas retomarem a produção desde a recente recuperação de preço, disse um porta-voz da empresa por e-mail.

"Naturalmente, os preços melhores desacelerarão o processo de saída de outros", disse o porta-voz.

De uma mínima de 37 dólares a tonelada em dezembro, o minério teve um rali, chegando a 68,70 dólares em abril, impulsionado pela alta dos preços de aço chinês que muitos operadores e analistas atribuíram em grande parte ao aumento de compras no varejo. O preço era de 55,90 dólares na quarta-feira.

A Vale também espera que a economia chinesa cresça entre 6 e 7 por cento até o início da próxima década, o que deve continuar a sustentar a demanda por minério de ferro, disse Alves.

A mineradora brasileira não tem mais planos de expansão após elevar sua capacidade produtiva para 450 milhões de toneladas até 2019-2020, disse Alves, contra entre 340 milhões e 350 milhões de toneladas neste ano.

Gerdau diz que foi surpreendida por notícias da Zelotes

19/05/2016 – Fonte: R7

A Gerdau afirma que, após ser surpreendida pela notícia no site da Polícia Federal e na imprensa, na segunda-feira, 16, sobre a conclusão da 6ª fase da Operação Zelotes, somente nesta quarta, 18, teve acesso ao relatório que menciona o indiciamento de seu diretor presidente, um executivo e mais dois ex-executivos, os quais, diz, já haviam prestado esclarecimentos no âmbito dessa operação.

"A companhia vem novamente reiterar que nem a Gerdau ou qualquer dos quatro indiciados jamais prometeu, ofereceu ou deu vantagem indevida a funcionários públicos para que recursos em trâmite no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) fossem ilegalmente julgados em seu favor, até mesmo porque estes ainda se encontram em andamento", diz, em fato relevante distribuído nesta quarta.

A empresa ainda reitera os esclarecimentos apresentados anteriormente, inclusive no seu Relatório de Administração e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do ano de 2015, "no sentido de que sempre fez uso de escritórios externos visando ao mais adequado assessoramento de estrita natureza técnica nos processos no Carf".

Segundo a companhia, os contratos com esses escritórios externos, como outros que a Gerdau possui com prestadores de serviço, foram firmados com "cláusula que determina absoluto respeito à legalidade, cujo descumprimento acarreta na imediata rescisão".

Produção de aço bruto no Brasil em abril cai ao menor nível desde 2009

19/05/2016 – Fonte: R7

A produção brasileira de aço bruto em abril foi a mais baixa dos últimos oito anos, ao cair 20,6 por cento sobre o mesmo mês do ano passado, para 2,3 milhões de toneladas, informou nesta quarta-feira o Instituto Aço Brasil (IABr), que representa as usinas siderúrgicas.

Com a queda, a produção acumulada no primeiro quadrimestre do ano somou 9,7 milhões de toneladas, 14 por cento menos do que o produzido um ano antes, informou a entidade.

A produção de abril foi a menor para um único mês desde julho de 2009, quando o setor registrou volume de 1,9 milhão de toneladas.

A queda ocorreu em meio à redução da capacidade do parque produtivo do setor, com a parada de alto-fornos por siderúrgicas como Usiminas e CSN.

As vendas de aço no mercado interno no mês passado recuaram 10,9 por cento sobre um ano antes, para 1,35 milhão de toneladas. Com isso, a queda nas vendas internas no primeiro quadrimestre foi de 20,3 por cento, a 5,36 milhões de toneladas, segundo os dados do IABr.

Apesar da queda nas vendas, as siderúrgicas estão conseguindo aplicar reajustes de preços. Na véspera, o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, afirmou que as produtoras de aços planos estão anunciando para o início de junho um terceiro aumento consecutivo nos preços, em meio ao forte recuo das importações.

As exportações de aço em abril, segundo o IABr, somaram 1 milhão de toneladas, crescimento de 60 por cento sobre igual mês de 2015. No ano até o mês passado, as vendas externas registram alta de 25 por cento, a 4,27 milhões de toneladas.

Enquanto isso, as importações recuaram 74 por cento em abril, para 112 mil toneladas, acumulando nos quatro primeiros meses do ano queda de 66,4 por cento sobre um ano antes, a 480 mil toneladas, segundo o IABr. 19/05/2016 – Fonte: Paraná Online

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reafirmou que a proposição de novos impostos ou o ressurgimento de tributos, como a CPMF, depende de alguns fatores e seria feita dentro de um plano que contempla corte de despesas.

"Qualquer aumento de imposto no Brasil hoje tem efeitos que não são totalmente positivos", afirmou Meirelles em entrevista na quarta-feira, 18, à noite no SBT. "Mas é preciso diminuir o déficit público e fazer com que a dívida pública pare de crescer. (Então,) a ideia é a seguinte: Se não houver nenhum imposto, as despesas têm de ser cortadas mais profundamente", afirmou.

Questionado se a eventual instituição da CPMF será uma decisão do ministro e do presidente, Meirelles respondeu que sim, será uma decisão conjunta, e também "do Congresso".

Ao responder se haverá votos suficientes no Congresso para aprovar um possível aumento de impostos, Meirelles afirmou: "isso é o que iremos ver". E ponderou: "O que é importante é apresentar para o Congresso e para a sociedade a realidade. O que é importante hoje é dizer a verdade", disse o ministro.

Meirelles afirmou ainda que, no momento em que a confiança na economia seja retomada, as pessoas já começarão a ter mais disposição de comprar. Com isso, a arrecadação volta para uma trajetória crescente, o que contribui para a dinâmica da dívida pública.

Inflação

Sobre a inflação, Meirelles afirmou que espera que o IPCA volte ao centro da meta o mais rápido possível e lembrou que esse resultado é fruto do papel do Banco Central.

"Anunciamos Ilan Goldfajn (como presidente do Banco Central), que vai ser sabatinado e aprovado pelo Senado, esperamos que aprovado, e, a partir daí, vai começar o trabalho (de busca da convergência da inflação para o centro da meta)", afirmou.

Meirelles observou que a inflação já dá sinais de arrefecimento e acredita que essa trajetória será favorecida ao passo que a situação fiscal do País tenha um ajuste correto. A situação fiscal mais favorável, conclui o ministro, fará com que a inflação passe a cair mais rapidamente à medida que a injeção de dinheiro público na economia diminua.

Gastos

Questionado sobre a criação de um teto para os gastos, Meirelles respondeu que é "uma boa possibilidade". "Eu gosto dessa alternativa, porque ela é constitucional e harmoniza todas as demais vinculações", afirmou.

Previsões

Ao responder à pergunta sobre quando a economia vai voltar a crescer e o desemprego vai parar de subir, o ministro respondeu "nos próximos trimestres". Segundo ele, dependerá muito do efeito das medidas do governo, da velocidade com que sejam aprovadas no Congresso e da retomada da confiança dos agentes na economia brasileira.

Meirelles afirmou que incentivos fiscais, que fizeram sentido no ápice da crise global de 2008, deveriam ter sido descontinuados. Ele citou dois erros que fizeram a economia chegar à atual crise: o excesso de gasto público e a intervenção em preços da economia, como segurar preço da gasolina e reduzir tarifas no setor de energia elétrica.

Meirelles quer reforma da Previdência para trabalhador na ativa

19/05/2016 – Fonte: Paraná Online

Ainda sem informar o tamanho real do rombo das contas governamentais este ano, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ameaçou na quarta-feira, 18, fazer mais e maiores cortes nos gastos federais caso o governo não consiga aprovar uma reforma da Previdência que valha também para os trabalhadores ainda na ativa. Foi a primeira vez que uma autoridade do governo falou claramente em alterar direitos já em vigor.

Não fazer isso, na avaliação do ministro, seria uma "má solução" para a Previdência e não ajudaria a solucionar os problemas fiscais que estão no centro da crise brasileira.

Se as reformas desejadas pela nova equipe forem aprovadas, Meirelles disse que a economia pode voltar a crescer já nos próximos trimestres.

"Se o regime de Previdência for alterado apenas para quem não entrou ainda no mercado de trabalho, ótimo, muito bom. Por outro lado, isso só vai fazer efeito num prazo muito longo. Para a dívida pública é uma má solução", argumentou, em entrevista a um grupo de jornalistas.

"Se não for isso, temos de discutir quais outras despesas públicas terão de ser cortadas nos próximos anos. Queremos garantir a aposentadoria dos trabalhadores e a solvência do Tesouro Nacional", completou.

Ainda assim, Meirelles evitou classificar como "inegociáveis" pontos da proposta em estudo pelo governo e que deve ser apresentada em até 30 dias. Mas reforçou que a colocação de uma idade mínima para a aposentadoria - defendida por ele desde o dia em que assumiu o cargo - é um dos fatores que têm "mais peso" no modelo que está sendo desenhado.

Em entrevista ao SBT, quando questionado se defendia uma idade mínima igual, de 65 anos, para homens e mulheres, o ministro disse apenas que essa é uma regra aplicada em vários países, mas que todas as alternativas ainda estão em estudo.

Consciente da resistência que a reforma terá em diversos segmentos - mesmo com a ampla base de apoio do governo no Congresso Nacional - o ministro tem claro que a comunicação da proposta terá de ser bem feita.

"As pessoas dizem que um mês (para apresentar a proposta) é muito tempo, mas uma Reforma da Previdência feita em uma semana seria uma coisa malfeita, não seria aprovada e nem iria funcionar. Trata-se de um trabalho técnico, mas ao mesmo tempo político e social. A sociedade tem de ser convencida do que é preciso fazer."

Sem prometer um prazo para que o Brasil saia da crise, Meirelles disse esperar que a retomada da atividade econômica ocorra já nos próximos trimestres, mesmo admitindo que as reformas terão impacto maior no mandato do próximo presidente da República.

Confiança

Com apenas seis dias no cargo, ele relatou já ter sido procurado por executivos de empresas globais que estariam começando a desengavetar planos de investimentos no País.

"É prematuro fazer previsões, mas esperamos a retomada de atividade nos próximos trimestres. Não serão necessários anos. Quanto mais rápidas as medidas forem adotadas, mais precisas serão essas previsões."

Meirelles analisou que o retorno das bases para o crescimento da economia depende sobretudo da volta da previsibilidade para os investimentos após um período de retrocessos na confiança do mercado.

O maior trunfo, na opinião do ministro, é a manutenção do mercado de consumo. "O desemprego aumentou, mas o número de empregados hoje é maior do que era há 15 anos. A classe média cresceu e está aí, apesar de estar sofrendo nos últimos tempos", afirmou.

CNI defende mais ativismo do País em busca de acordos comerciais

19/05/2016 – Fonte: Paraná Online

O diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes, defendeu nesta quarta-feira, 18, "mais ativismo" nas negociações internacionais em busca de acordos comerciais no governo do presidente em exercício, Michel Temer (PMDB).

Ele citou os ex-ministros do governo da presidente afastada Dilma Rousseff (PT) Kátia Abreu (Agricultura), Armando Monteiro (Desenvolvimento) e Joaquim Levy (Fazenda) e afirmou que os três "conduziram mudança na retórica de discurso de agenda comercial brasileira com políticas mais voltadas aos acordos".

"O Brasil precisa de mais ativismo", cobrou o diretor da CNI, citando acordos comerciais amplos ainda travados. "Temos o acordo Mercosul-União Europeia e o acordo com México ainda pendentes", disse. "Já um acordo com os Estados Unidos é muito difícil por conta da falta de ambiente político para essa natureza", emendou Fernandes.

Mudança na Previdência para trabalhadores na ativa é inevitável, diz CNI

19/05/2016 – Fonte: Paraná Online

Em linha com a reforma gestada pelo governo do presidente em exercício Michel Temer (PMDB), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendeu que uma mudança no sistema de previdência social inclua também os trabalhadores na ativa. A posição é contrária à totalidade das centrais sindicais, que aceitam discutir as mudanças apenas para os trabalhadores que entrarem no sistema a partir da alteração das regras.

"A mudança na Previdência para trabalhadores na ativa é inevitável. A maior parte das reformas da previdência do mundo afetou também as pessoas no mercado de trabalho", disse o diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes. "A CNI defende a idade mínima, a redução da diferença entre gêneros e categorias e acredita que é inevitável que as pessoas na ativa sejam atingidas", emendou.

Para Fernandes, diante da falta de informações do brasileiro e da resistência das centrais sindicais é preciso um trabalho de convencimento da população. Esse trabalho implica em discussão, apresentação de números, a comparação do Brasil com o resto do mundo e, principalmente, do uso do capital político para explicar as mudanças desejadas.

"É necessário o uso do capital político para que se mostre à sociedade o porquê das transformações. Ninguém faz reforma da Previdência por sadismo, as reformas são feitas para dar sustentabilidade ao recebimento de recursos futuros às pessoas hoje empregadas e que amanhã vão receber as aposentadorias", completou.

O representante da CNI citou como exemplo o colapso fiscal que a Grécia enfrentou, parte dele atribuída ao sistema previdenciário local. No entanto, Fernandes citou exemplos locais, de Estados brasileiros, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que enfrentam dificuldade de pagar salários de aposentados e trabalhadores na ativa.

A CNI apresentou nesta quarta-feira, 18, em Brasília, a pesquisa "Retratos da Sociedade Brasileira", feita pelo Ibope Inteligência, a qual apontou que 85% dos entrevistados discordariam em pagar mais impostos para manter as atuais regras de aposentadoria.

O levantamento mostrou ainda que 75% dos entrevistados, com diferentes níveis de intensidade, querem mudanças no sistema, mas 63% não percebem que regras diferenciadas de previdência impõem custos e mais impostos para a população.

"Essa incoerência reflete a percepção diferenciada da população, que percebe alguns pontos e não percebem outros pontos do sistema previdenciário", explicou o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

O levantamento, divulgado apenas nesta quarta pela CNI, foi feito com 2002 entrevistados de 143 municípios brasileiros entre 4 e 7 de dezembro do ano passado. A demora para a divulgação da pesquisa, segundo a CNI, ocorreu principalmente por conta do "timing" procurado pela entidade para dar maior "ressonância" ao documento.

A pesquisa apontou ainda que 75% dos entrevistados discordam que os trabalhadores se aposentem cada vez mais tarde, diante de um cenário brasileiro com as pessoas vivendo até idades mais avançadas. No entanto, 65% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria.

Empresas reduzem procura por crédito em abril

19/05/2016 – Fonte: Bem Paraná

A procura das empresas por crédito caiu 11,6% em abril de 2016 na comparação com março. Em relação a abril do ano passado, a demanda caiu 4,2%. No acumulado do primeiro quadrimestre de 2016, a busca das empresas por crédito recuou 8,1% em relação ao mesmo período de 2015, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito.

Na análise das empresas de acordo com o porte, a queda da demanda por crédito foi maior entre as micro e pequenas empresas, com 12% de decréscimo. Nas grandes empresas, o recuo foi de 0,8% e nas médias, a demanda por crédito caiu 2%.

No acumulado dos quatro primeiros meses do ano, a procura por crédito nas médias empresas caiu 18% e nas grandes empresas caiu 14,2%. Nas micro e pequenas empresas, a demanda por crédito aumentou 7,6% nesse período.

Todos os setores econômicos pesquisados apresentaram retração na demanda por crédito em abril ante março: indústria (-11,4%); comércio (-10,8%); e serviços (-12,4%). De janeiro a abril a indústria teve a maior queda (-10,1%). No comércio, a retração no primeiro quadrimestre foi de 8,9% e no setor de serviços, de - 6,9%.

Segundo os economistas da Serasa Experian, o aprofundamento da recessão econômica, o grau deprimido da confiança empresarial e as elevadas taxas de juros dos empréstimos são fatores que explicam a retração da demanda das empresas por crédito.

CNH Industrial troca direção de compras

19/05/2016 – Fonte: Automotive Business



Osias Galantine deixou repentinamente na última sexta-feira, 13, a direção de compras da CNH Industrial América Latina, cargo que ocupava desde setembro de 2014, quando migrou da mesma posição que tinha na FCA (Fiat Chrysler Automobiles) para a nova empresa, também derivada do antigo Grupo Fiat. A CNHi confirmou a saída de Galantine e também o seu substituto: Carlo Martorano é o novo diretor da área que tem orçamento de cerca de US\$ 1 bilhão na região.

Engenheiro e brasileiro, Martorano atuou em ações de otimização de custos na Iveco em Sete Lagoas (MG). Na divisão de caminhões e ônibus do grupo CNHi, liderou projetos nas áreas de ganhos de eficiência em logística e manufatura, nacionalização de peças e componentes e redução de desperdícios.

O executivo ingressou na divisão de automóveis do Grupo Fiat em 2005, em Turim, na Itália, como gerente de compras responsável por processos de certificação e aferição da qualidade de fornecedores.

Em 2009, retornou ao Brasil e passou para o braço de veículos comerciais da companhia como responsável pelo desenvolvimento de produto e fornecedores da Iveco para a América Latina.

Três anos depois assumiu a direção de compras da Iveco para a Austrália e Nova Zelândia. Voltou à operação da CNHi América Latina em 2015 e passou pelas gerências de compras, desenvolvimento de produto e otimização de custos do setor de construção, caminhões e ônibus.

Martorano trabalha no setor automotivo desde sua graduação em engenharia mecânica na FEI, em 1997, quando ingressou na General Motors como coordenador de projetos, envolvido no desenvolvimento de processos e fornecedores. Assumiu a

mesma função na Volkswagen, para onde se transferiu em 2000 e ficou até ingressar na Fiat.

O engenheiro também cursou especialização em administração (MBA) na Fundação Getúlio Vargas e passou pelo programa de desenvolvimento de executivos da Fundação Dom Cabral.

Ainda sem destino definido, Osias Galantine teve longa trajetória no Grupo Fiat e passou tanto pela FCA como CNHi.

Na época em que a companhia italiana se associou à General Motors e unificou as áreas de compras, o executivo foi responsável entre 2001 e 2004 pelas aquisições de componentes metálicos na GM Brasil e chegou a diretor do setor, onde ficou até 2005. Galantine assumiu a direção de compras da Fiat em 2008 e fez muitas idas e vindas dentro da área na mesma corporação.

Em 2011 tornou-se chefe mundial da área de suprimentos do Grupo Fiat e um ano depois migrou para dirigir as compras da Fiat Industrial (hoje CNH Industrial). Mais um ano e voltou ao posto na CNHi, de onde saiu agora.

Em meio a escândalo, presidente da Mitsubishi renuncia ao cargo

19/05/2016 – Fonte: Automotive Business



Tetsuro Aikawa, presidente da Mitsubishi, anunciou na quarta-feira, 18, sua renúncia ao cargo. A decisão acontece em momento turbulento, já que a companhia enfrenta a acusação de ter fraudado dados de consumo de combustível de carros vendidos no Japão. Com isso, a montadora pode ser a segunda no mundo a perder seu executivo mais importante por causa do envolvimento em um escândalo do gênero.

No ano passado o CEO do Grupo Volkswagen, Martin Winterkorn, também abriu mão do cargo diante do dieselgate, fraude em motores diesel que envolveu 11 milhões de veículos no mundo.

A saída de Aikawa, que ficou menos de dois anos na presidência da companhia, acontece em momento delicado, mas era aguardada pelo mercado, já que fatia de 34% da empresa foi vendida à Nissan.

Pela negociação, a compradora poderia indicar um terço dos membros do conselho de administração da Mitsubishi, incluindo o cargo de presidente. Ainda assim, Aikawa deveria ajudar neste processo de transição. Ao sair repentinamente, ele deixa clima de incerteza ainda mais forte na companhia.

Também sai da empresa Ryugo Nakao, vice-presidente para as áreas de qualidade e estratégia de produto. Nenhuma das posições têm substitutos por enquanto, algo que deve ser anunciado em breve. Até que novos executivos sejam nomeados, o CEO da Mitsubishi, Osamu Masuko, vai acumular as funções. Comunicado distribuído pela montadora admite que a administração interna criou ambiente favorável à fraude.

A trapaça da companhia aconteceu nos chamados minicarros, compactos populares no

mercado japonês. A medição de consumo de combustível foi fraudada em quatro modelos, dois deles vendidos com a marca Nissan.

A situação foi descoberta em abril, justamente quando a montadora parceira notou uma discrepância nos dados apresentados pela Mitsubishi e recomendou que as autoridades investigassem o problema.

Suzuki e Nissan são acusadas de fraudar motores

19/05/2016 – Fonte: Automotive Business



As fraudes em testes de consumo e de emissões se mostram cada vez mais recorrentes na indústria automotiva. Uma leva de empresas japonesas está sob investigação por burlar as regras. Além da Mitsubishi, agora Suzuki e Nissan estão na mira.

A primeira declarou na quarta-feira, 18, que realizou testes de eficiência energética diferentes dos regulamentados atualmente no Japão. A montadora usou métodos de análise de 2010 em 16 modelos vendidos no país.

A empresa assegura que a situação não foi intencional. “Pedimos desculpas por não seguir as regras”, declarou o CEO da companhia Osamu Suzuki, à imprensa da região. A companhia garante ainda que novos testes foram feitos dentro da legislação atual e os dados obtidos nas medições não são muito discrepantes.

A Suzuki calcula que a situação afeta 2,1 milhões de veículos no Japão, mas que nenhum carro exportado está envolvido. A empresa se especializou na produção de minicarros, modelos equipados com motores de até 660 centímetros cúbicos bastante populares no país. Estes veículos recebem incentivos tributários do governo e a empresa detém um terço deste mercado.

O posicionamento da Suzuki acontece apenas após a Mitsubishi ter se envolvido em escândalo por supostamente burlar as regras de consumo de combustível com seus carros. Diante do caso, o governo japonês anunciou que levantaria dados de eficiência energética de todas as montadoras.

COREIA DO SUL INVESTIGA NISSAN

Já a Nissan é acusada de fraudar testes de emissão na Coreia do Norte. O governo do país quer multar a fabricante japonesa em US\$ 279,9 mil por burlar a legislação da região com o Qashqai, além de obrigar a empresa a realizar recall.

Esta é a primeira vez que a companhia é acusada formalmente em um caso do gênero. A empresa teria sido pega em testes realizados por autoridades da região como consequência do escândalo do Grupo Volkswagen. Foram analisados mais de 20 carros a diesel, mas só a Nissan teve problemas com os resultados.

Autoridades coreanas constataram que os dispositivos responsáveis por reduzir o nível de emissões do carro param de funcionar quando o motor atinge temperatura de 35

graus, o que acontece cerca de 30 minutos depois de o automóvel começar a funcionar.

Há carros que desligam o sistema de controle de emissões quando chegam a 50 graus para prevenir superaquecimento, mas nenhum outro modelo faz isso em temperatura tão baixa quanto o Qashqai, indicam as autoridades.

Há controvérsias acerca da decisão do país asiático. O veículo é fabricado na planta de Sunderland, na Inglaterra, que garante que testes feitos na região não indicam qualquer evidência de fraude. Apesar disso, a análise feita no Reino Unido foi focada em modelos Euro 5, enquanto os testes coreanos foram realizados em carros Euro 6.

Os veículos da marca também foram submetidos a testes da União Europeia, que concluiu que a montadora não usa nenhum dispositivo ilegal para mascarar suas emissões. A Nissan nega com veemência as acusações da Coreia.

MONTADORAS NA MIRA

Conheça as empresas que já foram questionadas sobre o controle de consumo e de emissões de seus veículos:

-Grupo Volkswagen: a companhia alemã é responsável pelo dieselgate, um dos maiores escândalos da história da indústria automotiva. A empresa admitiu ter fraudado as emissões de 11 milhões de carros vendidos em vários países, incluindo o Brasil.

O problema, que afeta veículos das marcas Volkswagen, Audi e Porsche, motivou a renúncia do presidente do Grupo, Martin Winterkorn, que foi substituído por Matthias Müller. Com o caso, descoberto em setembro de 2015, a organização chamou a atenção para a possibilidade de fraude em outras montadoras.

-Mitsubishi: em abril deste ano foi a vez de a empresa japonesa entrar na mira das investigações. Inicialmente a indicação era de que a fabricante japonesa teria fraudado informações de consumo de combustível de 625 mil minicarros, modelos vendidos no Japão com motores de até 660 centímetros cúbicos. Há suspeitas, no entanto, de que o número de veículos envolvidos pode ser muito maior, com carros produzidos desde 1991. Em meio ao escândalo, Tetsuro Aikawa, presidente da companhia, renunciou ao cargo.

-Suzuki: diante da crescente investigação do governo japonês, a empresa decidiu vir a público e anunciar que usou método antigo para testar o consumo de seus carros. A empresa garante que o falha não foi intencional e que os resultados não são tão diferentes dos que seriam obtidos caso a companhia utilizasse o método correto. Segundo a fabricante, a situação afeta 2,1 milhão de unidades vendidas no Japão.

-Nissan: é a segunda empresa a ser acusada oficialmente de fraude depois da Volkswagen. Motivadas pelo escândalo da montadora alemã, autoridades da Coreia do Sul decidiram testar veículos vendidos no país e constataram que o Qashqai pode recorrer a um software ilegal para reduzir as emissões de poluentes do motor. A Nissan nega ter utilizado este recurso.

-Opel: entidade de defesa do meio ambiente alemã acusa a marca europeia da General Motors de instalar software em seus carros a diesel que desliga o controle de emissões em algumas situações. O CEO da companhia, no entanto, Karl-Thomas Neumann, assegura que as acusações não têm qualquer fundamento.

Eletrificação dá sobrevida a motor a combustão

19/05/2016 – Fonte: Automotive Business



Se já havia tanta incerteza de quando a eletrificação da frota mundial de veículos sairia do estágio atual de muita festa nos estandes dos salões de automóveis e pouco entusiasmo dos compradores (menos de 1% do mercado total dos EUA em 2015), agora existem ainda mais dúvidas com o preço do petróleo tão baixo. Híbridos convencionais de diferentes estágios parecem ir melhor, especialmente no Japão.

Já aqueles plugáveis em tomada e de custos mais altos sofrerão mais. Entretanto, o controle de emissões de CO₂ (um dos gases de efeito estufa), que só pode ser feito via diminuição de consumo de combustíveis fósseis, levará os governos a apertar o cerco à indústria automobilística.

A Mahle, um dos grandes fornecedores mundiais de autopeças, acredita que motores a combustão interna têm potencial de redução de até 65% do CO₂ emitido com ajuda de sobrealimentação (turbocompressor e/ou compressor), sistema desliga-religa e hibridização.

Para tanto defende outras soluções como gerenciamento térmico e eletrificação de componentes auxiliares. E dá algumas pistas de médio e longo prazos, mesmo com sistema elétrico convencional de 12 V, graças ao conjunto de pequenos avanços para eliminar correias e bombas mecânicas que subtraem potência útil do motor a combustão. A eletricidade adicional pode vir de recuperação de energia em frenagens que vários carros vêm adotando.

Somente ao se substituir a válvula de alívio pneumática por uma elétrica nos turbocompressores se reduz 2% de emissão de CO₂. Uma bomba d'água elétrica pode suprimir o fluxo de líquido refrigerante na fase de aquecimento do motor simplesmente ficando desligada. Então a temperatura ideal de funcionamento se atinge mais rapidamente e ajudaria a controlar as emissões na fase fria, muito maiores. O gerenciamento otimizado dessa bomba pode diminuir CO₂ em até 5%.

Se o sistema elétrico de 48 V, que atende a alta demanda de componentes, fosse adotado em larga escala (fala-se nisso há muito tempo, porém custos envolvidos atraem apenas marcas premium), tudo ficaria facilitado: compressores de ar-condicionado (o sistema poderia ser mantido, mesmo se o motor a combustão estivesse desligado em um congestionamento), bombas específicas de líquido refrigerante, além de compressores elétricos para motores já existentes em pequena escala. Aquecedores com chips PTC (sigla em inglês para Coeficiente Positivo de Temperatura) de alta voltagem teriam um caminho de viabilização.

Em médio prazo – 10 anos – acredita-se que híbridos convencionais serão quase a totalidade dos automóveis de médio e alto preço em países consolidados economicamente. Entre os emergentes talvez 30%, com a média puxada para baixo por modelos de entrada e pelo limitado poder aquisitivo.

Híbridos plugáveis ainda com motores a combustão de altíssima eficiência devem ser a maioria em 20 anos. Quantos aos elétricos puros vão levar pelo menos 30 anos para

ter participação significativa na venda de automóveis e talvez obrigatórios em grandes cidades.

Grupo Arsystem oferece tecnologia italiana para tratamento de inox

19/05/2016 – Fonte: CIMM

O Grupo Arsystem, distribuidor que atua há mais de 16 anos fornecendo ferramentas para a indústria nas linhas de usinagem, abrasivos, pneumática, solda e acessórios, está trazendo ao mercado mais uma novidade.

Trata-se da linha italiana da Ricerca, composta por produtos que garantem a desoxidação, decapagem, limpeza de gordura, eliminação de resíduos após operação, acabamento e aumento da resistência contra corrosão em superfícies de metal.

O diretor comercial do Grupo Arsystem, Cleber Adriano Vidal, destaca a importância desta implementação no portfólio da empresa: "Estamos constantemente buscando soluções para a indústria, visando auxiliar a melhoria dos processos de nossos clientes. No caso específico da linha para tratamento de metais, aliamos alto desempenho com segurança, devido as características atóxicas que permitem utilização sem riscos".

A linha Ricerca está disponível para consulta através do site do Grupo Arsystem, nas redes sociais da empresa e diretamente com a equipe de vendas.

Índice de produção cai para 42,4 pontos em abril, ante 47,2 em março, diz CNI

19/05/2016 – Fonte: EM.com

A produção da indústria continuou em queda em abril. A pesquisa Sondagem Industrial, divulgada nesta quinta-feira, 19, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que o índice de evolução da produção apresentou queda para 42,4 pontos em abril, ante 47,2 pontos em março. Pela metodologia da pesquisa, os indicadores variam de zero a 100, sendo que valores abaixo de 50 indicam recuo na produção.

Segundo a CNI, com a retração da atividade, a indústria manteve os estoques ajustados pelo quinto mês consecutivo. O indicador de estoque efetivo em relação ao planejado ficou em 49,1 pontos, ante 49,3 pontos, próximo da linha de 50 pontos, o que indica estoques ajustados, segundo a entidade.

Com relação à utilização da capacidade instalada (UCI), a pesquisa mostra que a ociosidade no parque industrial se manteve elevada. A UCI ficou em 64%, mesmo percentual registrado em março, mantendo-se bem abaixo do usual. O indicador que mede a UCI efetiva em relação à usual ficou em 34,7 pontos em abril.

Esse fraco desempenho da indústria tem reflexos no emprego do setor. O indicador de evolução do número de empregados ficou em 43,3 pontos em abril, ante 43,1 pontos em março, abaixo dos 50 pontos, o que sinaliza retração no mercado de trabalho.

Expectativas

Os empresários industriais continuam pessimistas em maio com relação aos próximos seis meses. A expectativa é de queda da demanda, das compras de matéria-prima e do emprego, com todos os indicadores abaixo de 50 pontos.

O índice de expectativas sobre a demanda foi de 47,8 pontos em maio; as compras de matérias-primas registraram 45,7 pontos e o número de empregados ficou em 43,6 pontos.

Com relação às exportações, as perspectivas são de estabilidade, depois de quatro meses consecutivos de otimismo. O índice que mede a expectativa sobre a quantidade exportada ficou em 50,7 pontos ante 52,1 pontos registrados em abril.

As expectativas sobre intenção de investimento continuam em baixa, refletindo o cenário de fraca atividade. O índice ficou em 39,4 pontos, segundo a pesquisa.

A Sondagem Industrial foi feita entre 2 e 12 de maio com 2.530 empresas.

Centrais sindicais Força e UGT estudam fusão para superar CUT

19/05/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Duas das três maiores centrais do país, a Força Sindical e a UGT (União Geral dos Trabalhadores), discutem uma fusão para criar uma entidade que supere a CUT (Central Única dos Trabalhadores), ligada ao PT, em número de sindicatos e arrecadação.

As conversas sobre a junção, que não haviam prosperado em outros momentos, ganharam força depois que Michel Temer (PMDB) assumiu a Presidência da República interinamente.

A avaliação dos líderes sindicais é que o peemedebista precisa de uma sustentação sindical capaz de se contrapor às ações da CUT –que congrega 21% dos sindicatos do país e tem organizado mobilizações contra o governo do presidente interino.

Juntas, Força e UGT congregariam 27% dos sindicatos, e sua arrecadação 2015 supera em 50% a da CUT (veja quadro na pág. A19).

A fusão também é tida como instrumento de pressão para que o governo Temer não avance com uma proposta de reforma da Previdência que estabeleça idade mínima ou aumente o tempo de contribuição previdenciária.

Pesa ainda a favor da união o fato de que as centrais têm perfis complementares. A Força tem sua base de sindicatos na indústria; a UGT é formada pelos ligados ao serviço.

"Neste novo momento do país precisamos nos juntar", disse à Folha Ricardo Patah, presidente da UGT. De acordo com ele, a discussão sobre a fusão com a Força vem sendo bem recebida internamente.

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o Paulinho da Força, afirma ver a junção "com bons olhos", sob a perspectiva de mais poder de atuação e de pressão em prol das demandas trabalhistas.

Na próxima semana, Paulinho e Patah devem se reunir para avançar no acordo. A ideia, contudo, é não fazer nada a toque de caixa. Como as centrais têm estruturas grandes e há o receio de que dirigentes estaduais fiquem melindrados, ficou acertado que Força e UGT darão início a atividades conjuntas para entrar em sintonia.

ATRITOS À VISTA

Embora a fusão seja bem vista pelos dois dirigentes, nos bastidores sindical há a desconfiança de que Paulinho e Patah devem entrar em atrito pelo comando da nova entidade, e que dificilmente o presidente da Força abrirá mão de seu protagonismo.

Nesta semana, o presidente da UGT fez chegar a Temer sua insatisfação com o fato de o presidente da Força se apresentar como o organizador das reuniões dos sindicalistas no Palácio do Planalto.

Com maior industrialização, SP 'sente' mais efeitos da crise no desemprego

19/05/2016 – Fonte: G1

A maior industrialização de São Paulo faz com que o estado "sinta" mais rapidamente os efeitos da crise no desemprego, segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo.

No primeiro trimestre, a taxa de desocupação em SP atingiu 12% – o maior resultado para a região desde o início da série histórica da Pnad Contínua, janeiro de 2012. No mesmo trimestre do ano anterior, ela havia sido 8,5%.

"São Paulo é uma região que tem um parque industrial maior, conseqüentemente se mostra um mercado de trabalho mais formalizado quando se compara com outras regiões do país – e acaba sentindo esses efeitos do cenário econômico de forma mais rápida, principalmente na região metropolitana", analisou Azeredo.

Sozinho, o estado representa 23,8% de toda a força de trabalho do país – quase o peso de toda a região Nordeste, 24,8%, por exemplo, que foi a região que apresentou a maior taxa de desocupação do trimestre, segundo a pesquisa.

"São Paulo tem hoje um peso em quase ¼ da força de trabalho do país. São Paulo é praticamente o Nordeste como um todo, em termos de força de trabalho. Isso representa um impacto bastante forte porque quando uma região dessa é afetada, indiretamente você tem um efeito dominó em cima disso, você acaba afetando outras regiões indiretamente", completou.

Carteira assinada

Azeredo acrescentou ainda que São Paulo mostra hoje níveis mais baixos de carteira de trabalho assinada de toda a série histórica. O emprego com carteira no estado caiu 2,6% em relação ao trimestre anterior e 3,2% em relação ao primeiro trimestre de 2015.

"Você tem um aumento da taxa de desocupação, uma presença maior de trabalhadores por conta própria, em função da perda de carteira de trabalho. Isso numa região como São Paulo, isso acaba tendo um efeito mais rápido do que em outras regiões aonde você tem um parque industrial menor", afirmou o coordenador.

"Então, essa taxa de desocupação ter apresentado o nível que chegou em São Paulo, a perda expressiva do emprego com carteira, uma presença maior de trabalhadores por conta própria, isso de certa forma tem peso maior em termo de Brasil para um processo não favorável em termos de mercado de trabalho".

Região Sudeste

Os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro também alcançaram suas maiores taxas de desocupação da série histórica da Pnad, 11,1%, 11,1% e 10%, respectivamente. A região Sudeste representa 44,5% de toda a força de trabalho do país, enquanto a região Sul, 15,5%, o Centro-Oeste e a região Norte, 7,9%.

Procura das empresas por crédito recua 11,6% em abril, diz Serasa

19/05/2016 – Fonte: Paraná Online

A depreciação da confiança empresarial e as altas taxas de juros fizeram com que a procura das empresas por crédito em abril apresentasse um recuo de 11,6% em relação ao mês anterior.

Conforme aponta o Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito, se comparada ao mesmo mês do ano passado, a demanda das empresas por crédito cedeu 4,2%.

A retração na demanda por crédito no mês foi alavancada pelas micro e pequenas empresas, que registraram uma queda de 12% em relação a março. Já nas grandes empresas, o recuo mensal foi de 0,8%.

Faturamento

Diante do cenário econômico negativo, as micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo acumularam também o 15º recuo consecutivo do faturamento mensal.

A queda real, quando já é descontada a inflação, em março foi de 13,6% se comparada ao mesmo período de 2015. Considerando a série histórica dos meses de março, o faturamento das MPEs voltou ao patamar de 2009.

De acordo com a pesquisa Indicadores Sebrae-SP, a receita total das MPEs em março deste ano foi de R\$ 46,6 bilhões, R\$ 7,3 bilhões a menos do que em igual mês de 2015.

Por setores, no confronto entre março de 2016 e março de 2015, as quedas de faturamento foram de 14,9% no comércio, 13% nos serviços e 10,9% na indústria.

Indústria da região de Campinas fecha 950 vagas de emprego em abril

19/05/2016 – Fonte: G1



Pelo terceiro mês consecutivo, as indústrias da região de Campinas fecharam vagas de emprego. De acordo com o Indicador de Nível de Emprego da indústria paulista, da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp), foram fechados 950 postos de trabalho em abril, uma queda de 0,59% em relação ao mês anterior.

No ano, o acumulado é de -1,11%, representando uma queda de aproximadamente 1850 postos de trabalho e, nos últimos 12 meses, já são menos 14.052 vagas.

Divulgados nesta terça-feira (17), os números revelam ainda que a região de Campinas foi influenciada pelas variações negativas dos setores de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-5,23%); veículos automotores e autopeças (-1,16%); produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-1,11%) e produtos alimentícios (-0,56%).

As cidades que fazem parte do Ciesp Campinas são: Campinas, Águas de Lindóia, Amparo, Artur Nogueira, Conchal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Itapira, Jaguariúna, Lindóia, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Pedreira, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Sumaré e Valinhos.



Carteira de Trabalho deixada de lado

Crise no estado

Em todo o estado de SP, a perda em abril chegou a 4.000 vagas de trabalho. Foi o primeiro abril negativo da série histórica – desde 2006 – do Indicador de Nível de Emprego da indústria paulista, divulgado nesta terça-feira (17/5) pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp e do Ciesp (Depecon).

Com esse resultado, nos primeiros quatro meses de 2016 a indústria acumula a perda de 34.500 postos de trabalho. A expectativa para o fechamento do ano é de cerca de 165 mil vagas a menos. Em 2015, esse número ficou em 235 mil.

Dos 22 setores pesquisados, 16 tiveram saldo negativo de vagas, 2 ficaram estáveis e 4 contrataram. O setor que se destacou positivamente foi o sucroalcooleiro, responsável pela alta de 7.073 postos de trabalho em abril, influenciando positivamente os setores de Produtos Alimentícios (que registrou saldo de 6.642 contratações) e de Coque, Derivado de Petróleo e Biocombustíveis (cujo saldo foi de 1.129 empregos a mais).

O pior desempenho foi o do segmento de veículos automotores, reboques e carrocerias, com saldo de 2.309 demissões no mês.

Meirelles defende mudar já aposentadoria para quem não contribuiu 35 anos

19/05/2016 – Fonte:UOL

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, defendeu que a reforma da aposentadoria proposta pelo governo interino inclua os trabalhadores atuais, e não só os que ainda vão entrar no mercado de trabalho. Também há estudos para estabelecer idade mínima de 65 anos para todas as formas de aposentadoria, tanto para homens quanto mulheres.

O governo quer que os trabalhadores se aposentem mais tarde porque argumenta que a Previdência pode não conseguir pagar todos se as regras continuarem como estão.

O ministro fez a diferença entre direito adquirido e expectativa de direito, durante entrevista ao SBT.

Quem teria o direito adquirido, e não seria atingido pela reforma, seriam trabalhadores que já contribuíram para a Previdência 30 anos (no caso de mulheres) ou 35 anos (para homens), mas ainda não pediram sua aposentadoria.

Quem não completou esses 30 ou 35 anos de contribuição à Previdência não teria direito adquirido e se submeteria à nova regra. "Essa é a minha opinião, e acredito que é o que deve prevalecer. Mas não há uma proposta finalizada."

Ele disse que não há nada definido e que as discussões apenas começaram. Nesta quarta-feira (18), um grupo de trabalho formado por governo e algumas centrais sindicais fizeram a primeira reunião para discutir o tema.

O ministro disse que, se as novas regras que vierem a ser criadas valessem só para quem ingressa no mercado de trabalho a partir de hoje, "não resolveria a questão financeira da Previdência. Seria melhor, porque é mais generosa, não preocupa ninguém que já está trabalhando. Mas vai fazer efeito daqui a tanto tempo, que até lá a Previdência já vai ter tido problema financeiro".

Atualmente, o trabalhador que se aposenta na modalidade por idade precisa ter no mínimo 60 anos, se for mulher, ou 65, se for homem. Mas outras modalidades de aposentadoria não estabelecem idade mínima. A fórmula 85/95, por exemplo, soma idade e tempo de contribuição. A reforma proporia criar uma idade mínima também para as outras modalidades.

Motoristas de mais uma empresa aprovam indicativo de greve

19/05/2016 – Fonte: Paraná Online



Motoristas e cobradores de Curitiba e região podem parar na próxima segunda-feira por conta de uma divergência com a Urbs. desde a terça-feira, o Sindicato dos Motoristas e Cobradores realiza assembleias nas empresas de ônibus para definir se haverá paralisação.

Até ontem, mais de quatro mil trabalhadores participaram das assembleias e aprovaram o indicativo de greve. Nesta quinta de madrugada, mais trabalhadores de mais uma empresa, a Tamandaré Filial, aprovaram a realização de greve caso URBS não recue nas cobranças indevidas. Às 15h30 assembleia será na Expresso Azul Araucária.

Os trabalhadores reclamam de multas que estariam sendo cobradas pela Urbs. A Urbanização de Curitiba por sua vez, alega que as multas não são para os motoristas e cobradores, mas para as empresas que operam o sistema de transporte público.